

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 02 de dezembro de 2024 às 07h42
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais

Toffoli inicia votação e critica imunidade de redes	3
<small>RAYSSA MOTTA</small>	

Estadão.com.br - Últimas Notícias | BR

Direitos Autorais

Julgamento da responsabilidade das redes no STF fica para próxima semana; entenda a discussão	4
<small>KARINA FERREIRA</small>	

Folha de S. Paulo | BR

30 de novembro de 2024 | Direitos Autorais

Empresas de mídia processam OpenAI no Canadá	6
<small>MERCADO</small>	

O Globo Online | BR

Direitos Autorais

Ecad repassa mais de R\$ 13 milhões em direitos autorais por músicas que tocaram no Rock in Rio; veja as mais tocadas	7
<small>O GLOBO</small>	

Monitor Mercantil Digital online | RJ

30 de novembro de 2024 | Marco regulatório | INPI

Brasil e Europa renovam acordo para cooperação em patentes	9
---	----------

Convergência Digital | BR

Patentes

Litígios de patentes essenciais em Telecomunicações - ConvergenciaDigital	10
--	-----------

Toffoli inicia votação e critica imunidade de redes

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu nesta quinta-feira, 28, o endurecimento de regras previstas no Marco Civil da **Internet** para ampliar a responsabilidade das plataformas por conteúdos publicados pelos usuários. O assunto está em debate no último grande julgamento do ano no STF. Toffoli é relator de um dos processos pautados sobre o tema. O julgamento foi interrompido antes da leitura do voto, que será retomado na próxima semana. O ministro, contudo, sinalizou que vai sugerir mudanças nas normas em vigor.

O Marco Civil da **Internet** foi aprovado pelo Congresso em 2014. Para Toffoli, a legislação precisa ser atualizada por causa das "transformações sociais, culturais, econômicas e políticas provocadas pelas tecnologias e pelos novos modelos de negócios" criados a partir delas. Há projetos de lei em tramitação na Câmara e no Senado que propõem reformas no texto.

"Não se pode mais ignorar a necessidade de sua atualização, especialmente no que concerne ao regime de responsabilidade dos provedores de aplicação", defendeu o ministro-relator. "Tal necessidade fica mais evidente quando se tem em conta os riscos sistêmicos ao próprio direito à liberdade de expressão, aos direitos fundamentais da igualdade e da dignidade da pessoa humana, ao princípio democrático, ao estado de direito, à segurança e à ordem pública."

Atualmente, as plataformas só podem ser punidas por publicações se descumprirem ordens judiciais para tirá-las do ar. Toffoli afirmou que esse sistema criou uma "imunidade legal" indevida às empresas de tecnologia.

Ontem, advogados do Facebook e do Google apresentaram seus argumentos a favor das regras como estão. As empresas consideram uma "armadilha" re-

ceber a responsabilidade pelo que publicam os usuários. Essas plataformas projetam que a mudança criaria incentivos à remoção automática de publicações controversas e, em última instância, à censura prévia nas redes sociais. Uma das preocupações é diferenciar, na prática, o que é reprovável do que é criminoso, o que vai além dos termos de uso contratuais.

Quando o Marco Civil da **Internet** foi aprovado, há dez anos, essa foi a visão dominante no Congresso. Havia um receio em torno dos efeitos que a responsabilização das plataformas, antes de decisão judicial, poderia causar. O Poder Judiciário foi alçado a árbitro das redes justamente para evitar que provedores fizessem juízo de valor sobre publicações. Parlamentares viam com desconfiança o empoderamento das empresas de tecnologia e projetavam um risco de censura colateral.

Atentados

Os atos golpistas do 8 de Janeiro e o atentado a bomba próximo ao STF foram usados pelos ministros Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia para fazer críticas às redes sociais por permitirem a circulação de publicações antidemocráticas. Eles ainda não votaram no julgamento.

Moraes também criticou as empresas de tecnologia por não removerem prontamente os conteúdos publicados pelos golpistas e afirmou que elas agiram assim por interesses econômicos. Moraes ainda defendeu que as redes sociais podem replicar, de forma ampla, o sistema que já vem sendo usado para combater a pornografia infantil, a pedofilia e a violação de **direitos** autorais.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Julgamento da responsabilidade das redes no STF fica para próxima semana; entenda a discussão



Suprema Corte analisa se big techs devem ser responsabilizadas por conteúdos publicados por usuários e quem poderá fazer a remoção de postagens

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma na próxima quarta-feira, 4, o julgamento sobre a responsabilização das big techs, donas das redes sociais, por conteúdos ofensivos e ilegais publicados pelos seus usuários no Brasil. Além disso, os ministros também vão decidir se a remoção de postagens deve ser feita pela própria empresa ou por meio de decisão judicial.

A discussão gira em torno da constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da [Internet](#), de 2014, que prevê que as plataformas só podem ser responsabilizadas pelos conteúdos publicados por terceiros em caso de deixarem de cumprir uma ordem judicial específica de remoção daquele conteúdo.

Plenário do Supremo Tribunal Federal Foto: Wilton Junior/Estadão Como mostrou o Estadão, até o momento, o ministro Dias Toffoli começou a ler o seu voto nesta quinta-feira, 28, e houve declarações dos ministros Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia, que citaram os recentes atos extremistas e golpistas contra a democracia brasileira, relacionando-os com a falta de regras no ambiente digital.

Entenda o julgamento

A expectativa na Corte é que o julgamento, que começou nesta quarta-feira, 27, seja longo, podendo se arrastar até 2025. Na abertura da sessão desta quarta, o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, afirmou que o Judiciário "aguardou por período bastante razoável" para que o Congresso legislasse sobre o tema e que, como isso não ocorreu, chegou a hora de o Supremo decidir sobre o tema. Barroso também disse que torce para que o caso seja encerrado ainda neste ano.

O que está sendo discutido? O STF julga duas ações em conjunto, que chegaram ao Supremo em 2017. Os casos são relatados pelos ministros Toffoli e Luiz Fux, e discutem a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da [Internet](#), de 2014, que atualmente é o dispositivo que estabelece as regras gerais para o funcionamento da [internet](#) no País.

Como é a lei hoje? Esse trecho da lei estabelece que as plataformas só podem ser responsabilizadas por conteúdos publicados pelos usuários caso elas deixem de cumprir uma ordem judicial de remoção. Há somente duas exceções: em casos de violação de [direitos](#) autorais e divulgação de fotos íntimas sem consentimento. Nesses casos, a plataforma é obrigada a agir assim que for notificada pela vítima.

Quais são as ações? O processo de relatoria de Toffoli se originou de uma ação indenizatória contra o Facebook devido a um perfil falso. A plataforma recorreu ao Supremo contra decisão da segunda instância que determinou o pagamento de indenização por danos morais de R\$ 10 mil à usuária, que teve seu nome usado no perfil fake. A mulher notificou o Facebook pedindo a exclusão do perfil falso, mas a solicitação não foi atendida.

No outro caso, de relatoria de Fux, uma professora de ensino médio era alvo de comentários ofensivos de alunos em uma comunidade no antigo Orkut cha-

Continuação: Julgamento da responsabilidade das redes no STF fica para próxima semana; entenda a discussão

mada "Eu Odeio a Aliandra". Ela obteve decisão favorável na segunda instância para receber uma indenização de R\$ 21 mil do Google, que controlava o Orkut - rede social desativada em 2014. A big tech recorreu contra essa decisão.

Quais os efeitos da decisão? A decisão da Corte terá repercussão geral, ou seja, será aplicada a ações semelhantes que tramitem em instâncias inferiores da Justiça. A partir do voto dos ministros, será elaborada uma tese, que será usada para guiar as decisões futuras sobre o tema.

O que os ministros já disseram? Toffoli, relator de um dos casos, ainda não concluiu a leitura do voto, mas sinalizou que vai sugerir mudanças nas normas em vigor. "Tal necessidade fica mais evidente quando se tem em conta os riscos sistêmicos ao próprio direito à liberdade de expressão, aos direitos fundamentais da igualdade e da dignidade da pessoa humana, ao princípio democrático, ao estado de direito, à segurança e à ordem pública", disse.

Moraes falou sobre os ataques golpistas do 8 de Janeiro para fazer críticas às redes sociais por permitirem a circulação de publicações antidemocráticas. "O dia 8 de janeiro demonstrou a total falência do sistema de autorregulação de todas

as redes, de todas as big techs", afirmou Moraes. "É faticamente impossível defender, após o dia 8 de Janeiro, que o sistema de autorregulação funciona. Falência total e absoluta, instrumentalização e, lamentavelmente, parte de conivência."

Cármen Lúcia citou o recente atentado a bomba em frente à Corte, que terminou com a morte do chaveiro Francisco Wanderley Luiz, o Tião França, destacando que havia postagens do autor do atentado antecipando o ataque nas redes sociais.

Em que fase o julgamento está? O julgamento retomado agora, pautado pelo presidente do Supremo, já foi adiado duas vezes. A primeira para ouvir a sociedade em uma audiência pública e a segunda para aguardar uma ação do Legislativo.

Na última vez que as ações contra o Marco Civil entraram em pauta, em junho de 2023, o PL das Fake News estava próximo de ser votado. Mas a tramitação voltou à estaca zero após o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), criar um grupo de trabalho para redigir um novo texto. Com o recesso de final de ano e a complexidade do tema, é possível que o julgamento se arraste para 2025.

Empresas de mídia processam OpenAI no Canadá

MERCADO

OTTAWA (CANADÁ) | REUTERS Cinco empresas canadenses de mídia processaram nesta sexta-feira (29) a OpenAI, dona do ChatGPT, acusando a companhia de IA (inteligência artificial) de violações de **direitos** autorais e de termos de uso. A ação é parte de uma série de processos movidos contra a OpenAI e outras empresas de tecnologia por autores, artistas visuais, publishers musicais e outros donos de **direitos** autorais, que questionam o uso de dados para treinar os sistemas de IA generativa. Em comunicado, Torstar, Postmedia, The Globe and Mail, The Canadian Press e CBC/Radio-Canada afirmaram que a OpenAI está usando grande parte do conteúdo que os veículos criam para desenvolver seus produtos, sem permissão ou compensação. "O jornalismo é de interesse público. A OpenAI usar o jornalismo de outras empresas para seu próprio ganho financeiro não é. É ilegal", afirma o grupo. Em ação na Corte Superior de Justiça de Ontário, as empresas exigem indenizações da OpenAI e liminar permanente que impeça a companhia de usar seus

materiais sem consentimento. "Em vez de buscar e obter a informação legalmente, a OpenAI escolheu se apropriar descaradamente da valiosa propriedade intelectual das empresas de mídia e convertê-la para seu próprio uso, incluindo comercial, sem consentimento ou consideração", diz a ação. "As empresas de mídia nunca receberam da OpenAI qualquer forma de consideração, incluindo pagamentos, em troca do uso de seus trabalhos." Em resposta, a OpenAI diz que seus modelos são treinados com dados públicos, baseados no uso justo de princípios internacionais dos **direitos** autorais. Em abril, um grupo de jornais dos EUA processou a OpenAI e a Microsoft, sua principal apoiadora, acusando-as de usar indevidamente o trabalho de jornalistas para treinar seus sistemas de IA generativa. Os jornais, de propriedade do MediaNews Group, disseram no processo que as empresas copiaram ilegalmente milhares de conteúdos para treinar em produtos de IA.

Ecad repassa mais de R\$ 13 milhões em direitos autorais por músicas que tocaram no Rock in Rio; veja as mais tocadas



Cerca de 52% de canções tocadas no festival eram nacionais, de acordo com relatório do órgão O Escritório Central de Arrecadação e Direitos (Ecad) repassou para músicos e compositores, neste mês de novembro, os valores referentes ao **direitos** autorais das músicas que tocaram na última edição do Rock in Rio, realizada em setembro, no Rio de Janeiro. Segundo a instituição, foram mais de R\$ 13 milhões de repasse, distribuídos para mais de 3.300 autores.

Show de Luísa Sonza no Rock in Rio 2024 1 de 6

Luísa Sonza abre o Palco Mundo no último dia de Rock in Rio 2024 - Foto: Alexandre Cassiano 2 de 6

Luísa Sonza abre o Palco Mundo no último dia de Rock in Rio 2024 - Foto: Alexandre Cassiano / Agência O Globo X de 6 Publicidade 6 fotos 3 de 6

Luísa Sonza abre o Palco Mundo no último dia de Rock in Rio 2024 - Foto: Alexandre Cassiano / Agência O Globo 4 de 6

Luísa Sonza abre o Palco Mundo no último dia de Rock in Rio 2024 - Foto: Alexandre Cassiano / Agência O Globo X de 6 Publicidade 5 de 6

Luísa Sonza abre o Palco Mundo no último dia de Rock in Rio 2024 - Foto: Alexandre Cassiano / Agência O Globo 6 de 6

Luísa Sonza abre o Palco Mundo no último dia de Rock in Rio 2024 - Foto: Alexandre Cassiano / Agência O Globo X de 6 Publicidade Em nota enviada à imprensa, o Ecad afirma que registrou 3.051 músicas tocadas ao longo dos sete dias de festival, sendo mais de 52% de canções do repertório nacional e mais de 36% do internacional, além de 11% de músicas ainda pendentes de identificação.

O Rock in Rio também recebeu o Selo de Reconhecimento do Ecad, que certifica shows e eventos adimplentes e comprometidos com a Lei dos **Direitos** Autorais (9.610/98), por ter sido o primeiro festival de grande porte no país a pagar **direitos** autorais no Brasil.

"Temos o Rock in Rio, que é adimplente com **direitos** autorais há 40 anos, como um exemplo a ser seguido no Brasil", afirmou a superintendente do Ecad, Isabel Amorim. "Se todos os organizadores de shows e festivais e responsáveis por espaços que tocam música adotassem esse compromisso de valorizar a classe musical, não teríamos uma inadimplência tão alta em tantos segmentos como temos no país", concluiu.

"Mais que nada", de Jorge Ben, foi a música mais tocada no Palco Mundo desta edição. Já no Sunset, "Olhos coloridos", de Macau, ficou no topo da lista. No Espaço Favela, a mais tocada foi "Vai no cavallinho",

Continuação: Ecad repassa mais de R\$ 13 milhões em direitos autorais por músicas que tocaram no Rock in Rio; veja as mais tocadas

de Mr. Sammy e Big Big.

Veja as músicas mais tocadas no Rock in Rio 2024

"Tá ok" (Kevin O Chris (A-Ca) / Dennis DJ) "Vai no cavalinho" (Mr. Sammy / Big Big) "Mas que nada" (Jorge Ben Jor) "Mont. Tira a camisa" (M.C. Ca-bo) "My neck my back" (Edward E Meriwether / Khia / Taz) "Rap do Silva" (Bob Rum)

Brasil e Europa renovam acordo para cooperação em patentes



Foi publicado no Diário Oficial da União desta sexta-feira, a renovação por mais cinco anos da parceria do **INPI** Nacional de propriedade Industrial (**INPI**) com o Instituto Europeu de Patentes (EPO, na sigla em inglês).

Assinado pelos presidentes do **INPI**, Júlio César Moreira, e do EPO, Antonio Campinos, o memorando de entendimento tem como objetivo dar continuidade ao projeto-piloto do Patent Prosecution Highway (PPH, na sigla em inglês) entre as partes. O novo PPH terá início no dia 1º de dezembro de 2024 e vigência até 2029. Pelo PPH, brasileiros podem usar o resultado do exame do pedido de patente no **INPI** para acelerar a análise no EPO e vice-versa

O PPH é um programa de cooperação bilateral entre o **INPI** do Brasil e diversos escritórios de patentes ao redor do mundo. O objetivo principal do PPH é acelerar o exame de pedidos de patentes, utilizando os resultados de exames realizados por escritórios parceiros.

O funcionamento acontece da seguinte maneira, após um instituto de patentes parceiro considerar a matéria de um pedido de patente patenteável, possibilita-se priorizar o pedido de patente do mesmo invento e titular no **INPI**.

Espaço Publicitário

"O PPH, através do uso de todas as informações relacionadas com a pesquisa ou exame dos Escritórios de Primeiro Exame (OEE), auxilia os depositantes em seus esforços para obter direitos patentários com maior segurança jurídica e de modo mais eficiente em diversos países. Além disso, o projeto visa otimizar o exame dos principais escritórios de patente no mundo", esclarece o **INPI**.

Quando um pedido de patente é considerado patenteável por um instituto parceiro, o mesmo pedido pode ser priorizado no **INPI**, tornando o processo mais rápido e eficiente. Isso é especialmente útil para depositantes que buscam proteção de suas invenções em múltiplos países, por permitir um exame mais célere e com maior segurança jurídica.

Por Favor Digite Seu Nome Aqui

Litígios de patentes essenciais em Telecomunicações - Convergência Digital



Litígios de patentes essenciais em Telecomunicações

Nos últimos anos, o Brasil tem experimentado um incremento no número de litígios de **patentes** relacionadas à área de telecomunicações envolvendo SEPs (standard essential **patentes**, em português: **patentes** essenciais), com um aumento exponencial em ações movidas seja por detentores de **patentes** denominadas NPEs (non-practicing entities, em português: entidades não praticantes) ou por empresas implementadoras da tecnologia, que também detêm **patentes** essenciais.

A Justiça Estadual do Rio de Janeiro tem sido selecionada para o "enforcement" dessas patentes já que liminares em caráter de tutela de urgência - antes mesmo da oitiva da parte contrária e da produção de uma prova pericial por um expert independente - vinham sendo concedidas.

A estratégia está inserida no contexto de fortalecimento nas negociações globais de licenciamento em andamento em outros países, já que muitas das entidades envolvidas nas disputas judiciais brasileiras já vêm promovendo esses mesmos litígios em outros países onde, ao contrário do Brasil, liminares em ações de infração de patente são quase inexistentes.

O cenário nacional favorável para os detentores de
abpi.empauta.com

patentes no país vem incentivando o ajuizamento de tais ações judiciais, uma vez que a obtenção de uma liminar - normalmente acompanhada de multa diária pelo não cumprimento - coloca os titulares dessas patentes numa posição mais forte caso esteja em andamento uma negociação global.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro vem confirmando tais liminares respaldadas em pareceres unilaterais que atestam que a tecnologia protegida pela **patente** seria essencial para um tipo de padrão tecnológico, já que, a seu ver, a infração seria uma decorrência lógica da essencialidade de tal padrão. Até muito recentemente, os tribunais especializados em Propriedade Intelectual, com algumas exceções, não distinguiam **patentes** essenciais de não essenciais, aplicando dispositivos legais que garantem a possibilidade de concessão de liminares com base exclusivamente em pareceres unilaterais apresentados pelo Autor que atestassem a essencialidade.

É fato que nem o Código de Processo Civil Brasileiro nem a Lei de Propriedade Industrial Brasileira (Lei 9.279/96) estabelecem distinção entre patentes essenciais e não essenciais. No entanto, é inequívoco que as particularidades de tal microssistema e a forma como tais ações judiciais estão se desenvolvendo no Brasil têm atraído a atenção de um número cada vez maior de titulares de patentes.

Apesar da previsão no ordenamento jurídico brasileiro de dispositivos que permitem a concessão de liminares sem o contraditório em ações SEP no Brasil, duas decisões judiciais recentes proferidas pelo Juiz Victor Augustin, então a frente da 6ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, vêm introduzindo outros critérios para concessão de liminares em tais ações, que merecem destaque.

Um desses casos[1] diz respeito a uma ação movida por um titular de patente contra uma grande empresa

de telecomunicações com atuação global, na qual o juiz anterior havia concedido uma liminar sem o respaldo de um expert independente designado pelo juízo com notório saber na matéria em discussão (normalmente de alta complexidade). Passados quase dois anos, o novo juiz não apenas revogou a liminar anteriormente concedida, como também julgou improcedente a ação - agora com base em laudo pericial imparcial de lavra de Perito de confiança do Juízo, confirmando a não infração da patente -, tendo ainda condenando o Autor por litigância de má-fé.

Em outra recente decisão judicial, o mesmo Juiz Victor Augustin da 6ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro[2] estabeleceu os seguintes critérios para concessão de liminar em ações de **violação** de patentes SEP:

Para requerer uma liminar, o titular da patente deve comprovar que observou as condições FRAND (Fair, Reasonable, and Non-Discriminatory, em português: justas, razoáveis e não discriminatórias) na negociação de um acordo - o que significa que aquele que alega possuir uma patente essencial para tal padrão deve procurar licenciar a terceiros nos termos referidos.

A liminar sem oitiva da parte contrária será condicionada a um laudo pericial preliminar conciso e imparcial, através do qual um perito apontado pelo juízo responderá inicialmente a alguns quesitos/perguntas formuladas pelo juiz, sem prejuízo de um laudo pericial mais completo e fundamentado a ser futuramente apresentado na fase pericial.

O segredo de justiça será limitado às informações empresariais confidenciais identificadas pela parte interessada. Tal disposição visa facilitar a formação da jurisprudência e dar segurança jurídica, com base na regra geral do processo civil que dispõe que as ações

judiciais devem ser públicas e totalmente divulgadas à sociedade.

Um depósito caução deve ser apresentada pelo Autor. Nota-se que tais previsões contribuem para um cenário mais claro para uma discussão altamente técnica e complexa que só agora vem amadurecendo no judiciário brasileiro.

Portanto, o Brasil continua sendo uma jurisdição atraente para ações judiciais relacionadas a patentes SEP. Embora limitares ainda sejam frequentemente concedidas aos titulares de patentes alegadamente essenciais, os juízes estão se tornando cada vez mais versados nas complexidades dos padrões tecnológicos e suas respectivas particularidades.

Os magistrados estão mais atentos aos direitos e obrigações dos detentores e implementadores de patentes SEP e cientes dos termos FRAND que podem dar o tom nas negociações de royalties. À medida em que os casos relacionados as patentes SEP se tornam mais frequentes no país, é natural que as disputas sejam tratadas pelos juízes com critérios mais claros e seguros, possibilitando assim equilibrar os interesses de todas as partes envolvidas e as circunstâncias específicas de cada caso.

[1] Caso atualmente sob segredo de justiça.

[2] Decisão proferida quando os autos eram públicos (atualmente estão sob segredo de justiça): DivX, LLC vs. Gorenje do Brasil Importação e Comércio de Eletrodomésticos Ltda., Toshiba do Brasil Ltda. e Multilaser Industrial S.A. - nº. 0834763-49.2024.8.19.000, em 17 de maio de 2024, 6ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 4, 6, 7

Marco regulatório | INPI

9

Patentes

10